

SUMÁRIO

PARTE I

O DIREITO PROCESSUAL CIVIL

I. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
1. O Direito Processual.....	3
2. Posição enciclopédica do Direito Processual Civil.....	4
3. A norma processual.....	5
4. Fontes do Direito Processual Civil	7
5. Aplicação, interpretação e eficácia da lei processual civil no tempo e no espaço.....	9
5.1 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil	16
II. HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	17
1. O processo no Direito antigo	17
2. Direito brasileiro anterior e Direito vigente	21
2.1 Ordenações lusitanas.....	21
2.2 Códigos estaduais	22
2.3 Códigos de Processo Civil de 1939 e 1973	23
2.4 Código de Processo Civil de 2015	23
3. A análise econômica do Direito Processual	31
III. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	37
1. Princípio do devido processo legal.....	38
2. Princípio dispositivo.....	40
3. Princípio da prioritária solução consensual.....	41
3.1 Justiça multiportas: arbitragem, conciliação e mediação	42
3.2 Desjudicialização de conflitos.....	46
4. Princípios da efetividade e da duração razoável do processo	48
4.1 Ordem cronológica de julgamento.....	52
5. Princípio da cooperação	53
6. Princípio da boa-fé objetiva (proteção à confiança)	55
7. Princípio do contraditório e vedação à decisão surpresa	56
8. Princípio da economia processual.....	57

9. Princípio da eficiência.....	58
10. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	60
11. Princípio da economicidade.....	61
12. Princípio da preclusão <i>secundum eventum litis</i>	62
13. Princípios da dignidade da pessoa humana, da proporcionalidade e da razoabilidade	64
IV. ASPECTOS ÉTICOS E ECONÔMICOS DO PROCESSO.....	67
1. Generalidades.....	67
2. Custas processuais	68
3. Honorários advocatícios	71
3.1 Sucumbência recursal	76
4. Dano processual e litigância de má-fé.....	77
4.1 Deveres das partes e dos procuradores.....	78
4.2 Descumprimento das decisões judiciais. Atentado à justiça. Crime de desobediência	79
5. Assistência jurídica e gratuidade de justiça.....	81
5.1 Assistência jurídica.....	81
5.2 Gratuidade de justiça.....	84

PARTE II

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

I. TUTELA JURISDICIONAL.....	89
1. Tutela jurisdicional: conceito	89
2. Espécies de tutela jurisdicional	91
2.1 Tutela de cognição	91
2.2 Tutela de execução.....	95
2.3 Tutela inibitória.....	97
2.4 Tutela provisória	101
2.4.1 Fundamentos e antecedentes: tutela cautelar, tutela de segurança e tutela satisfativa de urgência	101
2.4.2 Generalidades.....	114
2.4.3 Tutela de urgência.....	118
2.4.3.1 Requisitos.....	118
2.4.3.2 Espécies	119
2.4.3.2.1 Tutela cautelar	119
2.4.3.2.2 Tutela antecipada.....	122
2.4.3.3 Contracautela e responsabilização.....	123
2.4.3.4 Poder geral de cautela e atipicidade.....	124

2.4.3.5	Tutela de urgência pré-arbitral.....	124
2.4.3.6	Requerimento em caráter antecedente.....	125
2.4.3.6.1	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	125
2.4.3.6.2	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	128
2.4.4	Tutela da evidência.....	129
II.	ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....	131
1.	Garantias do Poder Judiciário.....	131
1.1	Garantias institucionais.....	131
1.2	Garantias funcionais.....	132
2.	Organização judiciária.....	133
2.1	Supremo Tribunal Federal.....	133
2.2	Superior Tribunal de Justiça.....	134
2.3	Justiça Federal.....	135
2.4	Justiça do Trabalho.....	135
2.5	Justiça Eleitoral.....	136
2.6	Justiça Militar.....	137
2.7	Justiça Comum Estadual.....	137
2.8	Conselho Nacional de Justiça.....	137
III.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL.....	139
1.	Generalidades.....	139
2.	Competência internacional e competência interna.....	139
2.1	Cooperação jurídica internacional.....	141
3.	Competência territorial.....	142
4.	Competência objetiva.....	150
5.	Competência funcional.....	150
6.	Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Prorrogação e prevenção da competência.....	151
7.	Controle da competência – Conflito de competência e arguição de incompetência.....	160
PARTE III		
A AÇÃO		
I.	CONCEITO – NATUREZA JURÍDICA – ESPÉCIES.....	167
1.	Conceito de ação.....	167
2.	Natureza jurídica.....	168

3. Classificação das ações	172
4. As sentenças e a classificação das ações	173
II. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	177
1. Generalidades.....	177
2. Legitimidade das partes	179
3. Interesse de agir.....	182
III. ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	187
1. Elementos de identificação das ações.....	187
2. Elemento subjetivo – As partes.....	188
3. Elemento causal – <i>Causa petendi</i>	191
4. Elemento objetivo – O pedido	193
4.1 Pedido de prestação indivisível.....	199
4.2 Pedido cominatório.....	199
5. Alteração dos elementos de identificação das ações	203
IV. CONEXÃO E CONTINÊNCIA DE AÇÕES – CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES	207
1. Aspectos gerais.....	207
2. Espécies de conexão	210
3. Cumulação e concurso de ações	211
3.1 Cumulação de ações – Espécies	213
3.2 Cumulação de ações – Requisitos.....	214

PARTE IV O PROCESSO

I. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	219
1. Processo e procedimentos	219
2. Espécies de procedimento	220
II. SUJEITOS DO PROCESSO	229
1. Partes	229
2. Litisconsórcio	232
3. Intervenção de terceiros.....	237
3.1 Generalidades.....	237
3.1.1 A qualificação de terceiro	239
3.1.2 Efeitos da intervenção	242
3.2 Espécies de intervenção	242
3.2.1 Assistência.....	243

3.2.1.1	Classificação da assistência.....	243
	Assistência simples.....	244
	Assistência litisconsorcial.....	245
3.2.1.2	Interesse jurídico.....	247
3.2.2	Recurso do terceiro prejudicado.....	248
3.2.3	Denúnciação da lide.....	249
3.2.3.1	Hipóteses legais.....	253
3.2.3.2	Procedimento.....	254
	Denunciado aceita e contesta o pedido.....	256
	Denunciado é revel ou nega essa qualidade.....	256
	Denunciado confessa os fatos alegados pelo autor.....	256
3.2.3.3	Sentença.....	257
3.2.4	Chamamento ao processo.....	258
	Hipóteses legais.....	259
	Procedimento.....	260
	Sentença.....	260
3.2.5	Intervenção <i>iussu iudicis</i>	261
3.2.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	262
3.2.7	<i>Amicus curiae</i>	264
3.3	Intervenção de terceiros no Juizado Especial Cível.....	265
4.	O juiz.....	266
4.1	Poderes e deveres do juiz.....	267
4.2	Suspeição e impedimento.....	269
5.	Auxiliares da justiça.....	273
6.	Ministério Público.....	275
7.	Advocacia Pública.....	277
8.	Defensoria Pública.....	278
III.	ATOS PROCESSUAIS.....	279
1.	Forma dos atos processuais.....	279
2.	Tempo dos atos processuais.....	284
3.	Lugar e prazos dos atos processuais.....	286
3.1	Contagem dos prazos processuais.....	288
4.	Verificação dos prazos e suas penalidades.....	291
5.	Comunicação dos atos processuais.....	292
5.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	293
5.1.1	Processo eletrônico.....	293
5.2	Cartas.....	296
5.2.1	Carta precatória e rogatória. Efeito suspensivo.....	299
5.3	Citação.....	299

5.3.1	Efeitos da citação.....	301
5.3.2	Modalidades de citação.....	302
	Citação por meio eletrônico.....	304
	Citação postal.....	305
	Citação por oficial de justiça.....	306
	Citação com hora certa.....	307
	Citação por edital.....	308
5.4	Intimações.....	310
6.	Nulidades.....	315
7.	Negócios jurídicos processuais.....	317
7.1	Calendário processual.....	319
IV.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	321
1.	Generalidades.....	321
2.	Formação do processo.....	321
2.1	Formação do processo e distribuição por dependência das ações repetidas.....	326
2.2	Formação do processo e indeferimento do pedido <i>in limine</i>	328
2.3	Atuação jurisdicional <i>ex officio</i> . Visão prospectiva.....	329
3.	Suspensão do processo.....	334
3.1	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	336
3.2	Suspensão convencional do processo.....	338
3.3	Suspensão pela alegação de incompetência, impedimento e suspeição....	338
3.4	Suspensão nos recursos repetitivos e no incidente de resolução de demandas repetitivas.....	339
3.5	Suspensão por prejudicialidade.....	339
3.6	Suspensão por motivo de força maior.....	341
3.7	Outros casos de suspensão do processo.....	342
4.	Extinção do processo.....	342
4.1	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	344
4.1.1	Indeferimento da petição inicial.....	344
4.1.2	Contumácia das partes.....	346
4.1.3	Abandono do autor.....	346
4.1.4	Falta de pressupostos processuais de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.....	347
4.1.5	Acolhimento das alegações de preempção, litispendência e coisa julgada.....	347
	Perempção.....	347
	Litispendência.....	348
	Coisa julgada.....	348

4.1.6	Ausência das condições da ação	349
4.1.7	Existência de convenção de arbitragem	349
4.1.8	Desistência da ação	349
4.1.9	Intransmissibilidade da ação	350
4.1.10	Outros casos	350
4.2	Resolução do processo com análise do mérito	351
4.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido do autor	351
4.2.2	Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	351
4.2.3	Transação	352
4.2.4	Renúncia ao direito em que se funda a ação	352

PARTE V FASE POSTULATÓRIA

I.	PETIÇÃO INICIAL	355
1.	Generalidades.....	355
2.	Requisitos.....	355
2.1	Endereçamento	355
2.2	Qualificação das partes	355
2.3	Causa de pedir.....	356
2.4	Pedido.....	356
2.5	Valor da causa	356
2.6	Meios de prova	357
2.7	Opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação.....	357
2.8	Outros elementos.....	357
3.	Emenda da petição inicial.....	358
4.	Indeferimento da petição inicial.....	358
II.	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO	359
1.	Generalidades.....	359
III.	DEFESA DO RÉU	363
1.	Generalidades.....	363
2.	Espécies de defesa	364
3.	Modalidades de resposta do réu	366
3.1	Contestação	366
3.1.1	Alegações de incompetência, impedimento e suspeição	370
	Alegação de incompetência	370
	Arguição de impedimento e de suspeição	371
3.2	Reconvenção.....	374

3.2.1	Condições específicas de admissibilidade da reconvenção	375
3.2.1.1	Legitimação para reconvenção	375
3.2.1.2	Interesse em reconvir.....	376
3.2.1.3	Tempestividade da reconvenção	377
3.2.1.4	Competência do juízo para a reconvenção.....	377
3.2.1.5	A conexão como pressuposto da reconvenção.....	377
3.2.2	Autonomia procedimental entre a reconvenção e a ação	378
3.2.3	Processamento e procedimento da reconvenção.....	379
3.3	Revelia	379

PARTE VI

FASE DE SANEAMENTO

I.	SANEAMENTO	383
1.	Fase de saneamento	383
2.	Providências preliminares	384
2.1	Especificação de provas.....	384
2.2	Manifestação do autor quanto às preliminares e objeções (fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu)	385
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	387
3.1	Extinção do processo (extinção sem resolução de mérito, resolução com análise do mérito por autocomposição ou julgamento antecipado)	388
3.1.1	Julgamento antecipado parcial	389
4.	Saneamento.....	390
4.1	Conteúdo	390
4.2	Estabilização e preclusão	391
4.3	Modalidades	392

PARTE VII

FASE PROBATÓRIA

I.	PROVAS	397
1.	Generalidades.....	397
2.	Sujeitos da prova e ônus da prova.....	404
3.	Sistemas de avaliação da prova	407
4.	Momento da prova.....	409
4.1	Produção antecipada de prova	411
5.	Espécies de prova	412
5.1	Prova documental.....	412
5.1.1	Produção da prova documental	416
5.2	Exibição de documento ou coisa	418

5.3	Ata notarial.....	420
5.4	Prova oral.....	420
5.4.1	Depoimento pessoal.....	422
5.4.2	Prova testemunhal.....	423
5.4.2.1	Juntada do rol de testemunhas.....	427
5.4.2.2	Depoimentos privilegiados.....	428
5.4.3	Confissão.....	429
5.5	Prova pericial.....	431
5.5.1	Realização da perícia. Ciência das partes quanto à data e ao local.....	435
5.5.2	Perícia abrangente de mais de uma área de conhecimento.....	435
5.5.3	Prazo para apresentação do laudo e das críticas dos assistentes.....	435
5.6	Inspeção judicial.....	437

PARTE VIII A DECISÃO

I.	AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	441
1.	Visão de conjunto.....	441
1.1	Poderes do juiz nas audiências.....	441
2.	Tentativa de conciliação.....	442
3.	Etapas da audiência de instrução e julgamento.....	443
II.	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	447
1.	Sentença.....	447
1.1	Espécies de sentença.....	451
1.2	Requisitos intrínsecos da sentença. Congruência e certeza.....	454
1.3	Requisito intrínseco. Especificidade. A sentença e a tutela específica....	455
2.	Coisa julgada.....	456
2.1	Generalidades.....	456
2.2	Limites objetivos da coisa julgada.....	461
2.3	Limites subjetivos da coisa julgada.....	464
2.4	Meios de defesa da coisa julgada.....	468
2.5	Relativização da coisa julgada.....	470

PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

I.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO.....	475
1.	Generalidades.....	475
1.1	Generalidades materiais.....	475

1.2	Generalidades processuais.....	476
1.2.1	Depósito extrajudicial	477
2.	Competência.....	478
3.	Prestações periódicas	479
4.	Petição inicial	480
4.1	Valor da causa	480
5.	Citação e direito de escolha.....	481
6.	Consignação em caso de dúvida.....	481
7.	Resposta do réu.....	482
7.1	Revelia.....	484
8.	Julgamento do pedido	484
II.	AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	485
1.	Generalidades.....	485
2.	Ação de exigir contas.....	485
2.1	A ação de dar contas.....	486
3.	Saldo e execução por quantia	487
4.	Prestação de contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de outro qualquer administrador	487
III.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	489
1.	Generalidades.....	489
2.	Fungibilidade dos interditos possessórios	492
3.	Cumulação de pedidos.....	493
4.	Duplicidade dos interditos possessórios.....	493
5.	Juízo petitário e juízo possessório. Exceção de domínio.....	494
6.	Procedimento das ações possessórias de força nova.....	495
6.1	Caução e tutela liminar antecipada	496
6.2	Tutela específica na turbação e no esbulho	496
6.3	Objeto da prova.....	497
6.3.1	A prova inequívoca e a tutela antecipatória.....	497
6.3.2	Justificação de posse	498
6.4	Citação e prazo para a resposta.....	499
7.	Interdito proibitório	500
IV.	AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	501
1.	Generalidades.....	501
2.	Cumulação de pedidos.....	501
3.	Ação demarcatória.....	502
3.1	Procedimento da demarcação.....	502

3.2	Petição inicial na demarcatória.....	502
3.3	Demarcação com queixa de esbulho ou turbação.....	503
3.4	Demarcação do imóvel comum.....	503
3.5	Citação e intimação.....	504
3.6	Defesa do réu.....	504
3.7	Perícia.....	504
3.8	Sentença na demarcatória.....	506
4.	Ação divisória.....	506
4.1	Petição inicial.....	506
4.2	Citação.....	507
4.3	Operações de divisão. Finalidades múltiplas.....	507
4.4	Auto de divisão.....	508
4.5	Benfeitorias permanentes dos confinantes.....	509
4.6	Restituição de terrenos usurpados com a divisão.....	509
V.	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	511
1.	Generalidades.....	511
2.	Legitimidade ativa e passiva.....	512
3.	A especialidade do procedimento.....	513
VI.	INVENTÁRIO E PARTILHA.....	515
1.	Generalidades.....	515
1.1	Competência.....	515
1.2	A <i>ratio</i> do procedimento.....	516
2.	Prazo para a abertura do inventário.....	517
3.	Questões objeto de decisão no juízo do inventário.....	517
4.	Administração dos bens do espólio.....	518
5.	Legitimação para requerer a abertura do inventário e partilha.....	518
6.	A nomeação do inventariante.....	519
6.1	Atribuições do inventariante.....	520
6.2	Remoção do inventariante.....	521
7.	As primeiras declarações e o rito subsequente.....	522
8.	Avaliação dos bens inventariados.....	525
8.1	Avaliação de bens sítos fora da comarca.....	526
8.2	Dispensa da avaliação.....	526
8.3	Laudo de avaliação.....	526
9.	Bens sonogados.....	527
10.	Interessado preterido.....	527
11.	Últimas declarações.....	528
12.	Cálculo do imposto.....	528
13.	Colaço.....	529

14. Pagamento das dívidas do <i>de cujus</i>	531
14.1 O legatário e as dívidas do espólio	532
14.2 Dívidas sujeitas a processo de execução	533
15. Partilha	533
15.1 Formulação de pedido de quinhão e deliberação da partilha. Esboço da partilha.....	533
15.2 Julgamento da partilha.....	534
15.3 Formal de partilha	535
15.4 Emenda da partilha	535
15.5 Partilha amigável. Anulação.....	536
15.6 Rescindibilidade da partilha judicial.....	537
15.7 Partilha amigável. Homologação.....	537
16. Arrolamento sumário.....	538
17. Arrolamento comum.....	539
18. Medidas cautelares de constrição de bens ou restrição de direitos deferidas no curso do inventário. Prazo de eficácia	540
19. Sobrepilha	540
20. Curatela especial no inventário.....	541
21. Inventário cumulativo.....	541
VII. EMBARGOS DE TERCEIRO	543
1. Generalidades.....	543
2. Embargos de terceiro e figuras afins.....	543
3. Legitimidade.....	544
3.1 Os cônjuges e os embargos de terceiro	545
4. O objeto mediato dos embargos de terceiro.....	546
5. Prazo para oferecimento dos embargos de terceiro. Processo de conhecimento e processo de execução	547
6. Competência.....	547
7. Fase postulatória. Petição inicial e requisitos. Justificação.....	548
8. Tutela antecipada. Liminar	548
9. Suspensão do processo.....	549
VIII. OPOSIÇÃO	551
1. Generalidades.....	551
2. Julgamento pela mesma sentença.....	552
IX. HABILITAÇÃO	553
1. Generalidades.....	553
X. AÇÕES DE FAMÍLIA	555
1. Generalidades.....	555
2. A conciliação nas ações de família	556

XI. AÇÃO MONITÓRIA	557
1. Generalidades.....	557
2. Histórico e direito comparado	558
2.1 Direito romano	558
2.2 Direito medieval	559
2.3 Direito europeu.....	559
2.3.1 Procedimento monitorio no atual processo civil europeu	560
2.4 Direito brasileiro.....	563
2.4.1 Ação decendiária no direito brasileiro	563
2.4.2 Procedimento monitorio nos Códigos de Processo Civil de 1939/1973/2015.....	563
3. Condições da ação	564
3.1 Legitimidade das partes	564
3.2 Interesse de agir	564
4. Estrutura do procedimento	565
5. Petição inicial	565
5.1 <i>Causa petendi e causa debendi</i>	567
6. Embargos	567
7. Procedimento monitorio e juizados especiais.....	568
XII. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	569
1. Generalidades.....	569
2. A necessidade de <i>periculum in mora</i> para a tomada do penhor.....	570
3. Especialidades procedimentais	570
XIII. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	573
1. Generalidades.....	573
2. O regulador de avarias	573
3. Especialidades procedimentais	574
XIV. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	577
1. Generalidades.....	577
2. Especialidades procedimentais	577
XV. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	581
1. Disposições gerais.....	581
1.1 Generalidades.....	581
1.2 Jurisdição voluntária. Rito.....	584
1.3 Competência	586
1.4 Tutela antecipada e cautelar.....	586
1.5 Citações.....	586

1.6	Resposta dos interessados.....	587
1.7	Instrução	588
1.8	A decisão por equidade e o abandono da legalidade estrita	588
1.9	Sentença e recurso	589
1.10	Coisa julgada	589
1.11	Casos submetidos ao rito comum da jurisdição voluntária.....	590
2.	Notificação e interpelação.....	592
2.1	Generalidades.....	592
2.2	Procedimento	593
3.	Alienações judiciais	593
3.1	Generalidades.....	593
3.2	Bens sujeitos à alienação jurisdicional voluntária.....	594
4.	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	595
4.1	Divórcio e separação judicial	595
4.2	O procedimento consensual de divórcio, separação ou extinção da união.....	596
4.3	Alteração do regime de bens do matrimônio	597
5.	Testamentos e codicilos.....	598
5.1	Generalidades.....	598
5.2	Condições da ação	598
5.3	Competência	599
5.4	Aspectos procedimentais.....	599
5.4.1	Testamento cerrado	599
5.4.2	Testamento público.....	600
5.4.3	Testamento particular	600
5.4.4	Testamentos marítimo, militar, nuncupativo e codicilos.....	601
5.4.5	Cumprimento dos testamentos.....	601
5.5	Sentença	602
5.5.1	Suspeição de nulidade ou falsidade do testamento	602
6.	Herança jacente	603
6.1	Generalidades.....	603
6.2	Curadoria. Atribuições.....	604
6.3	Arrecadação.....	605
6.3.1	Arrecadação imediata pela autoridade policial.....	605
6.3.2	Arrecadação por precatória	605
6.3.3	Diligências da arrecadação	606
6.3.4	Suspensão da arrecadação	606
6.4	Editais.....	606
6.5	Conversão da arrecadação em inventário	606

6.6	Habilitação de créditos.....	607
6.7	Alienação antecipada de bens.....	607
6.8	Declaração de vacância.....	608
7.	Bens dos ausentes.....	608
7.1	Generalidades.....	608
7.2	Curadoria. Cessação.....	610
7.3	Sucessão provisória.....	611
7.4	A sentença na sucessão provisória.....	612
7.5	Caução prestada por herdeiros imitidos na posse dos bens.....	613
7.6	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	613
7.7	Cessação da sucessão definitiva. Entrega dos bens.....	613
7.8	Citações na ação de reivindicação dos bens.....	614
8.	Coisas vagas.....	614
8.1	Generalidades.....	614
8.2	Publicação de edital.....	616
8.3	Comparecimento do legítimo dono ou possuidor da coisa.....	616
8.4	Alienação da coisa.....	616
8.5	Adjudicação da coisa.....	617
8.6	Conversão da arrecadação em inquérito.....	617
9.	Interdição.....	617
9.1	Generalidades.....	617
9.2	Iniciativa do Ministério Público e interdição.....	618
9.3	Curador à lide.....	618
9.4	Petição inicial.....	619
9.5	Inspeção pessoal.....	619
9.6	Impugnação do pedido de interdição.....	620
9.7	Perícia.....	620
9.8	Decretação da interdição. Sentença.....	620
9.9	Compromisso do curador.....	621
9.10	Levantamento da curatela.....	622
10.	Disposições comuns à tutela e à curatela.....	622
10.1	Generalidades.....	622
10.2	Aspectos procedimentais.....	623
11.	Organização e fiscalização das fundações.....	624
11.1	Generalidades.....	624
12.	Ratificação dos protestos marítimos e processos testemunháveis formados a bordo.....	625
12.1	Generalidades.....	625
XVI.	JUIZADOS ESPECIAIS.....	627
1.	O procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais – Visão de conjunto.....	627

1.1	Âmbito de incidência do procedimento do juizado	630
2.	Formação do processo – Pedido	633
3.	Convocação do réu e atos de comunicação	635
4.	Defesa do réu	636
5.	Audiência – Conciliação – Instrução e julgamento – Sentença	636
6.	Recurso	640
6.1	Recurso inominado	640
6.2	Embargos de declaração	641
7.	Uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais. Direito em expectativa	642
8.	O processo de execução nos Juizados Especiais	643
8.1	Generalidades	643
8.2	Processo de execução	643
8.2.1	Execução por quantia certa contra devedor solvente	644
8.2.2	Execução das obrigações de fazer e de não fazer	646
8.2.2.1	Execução de obrigação de fazer com prestação fungível	647
8.2.2.2	Execução de obrigação de fazer com prestação infungível	648
8.2.2.3	Execução de obrigação de não fazer permanente (admite desfazimento)	648
8.2.2.4	Execução de obrigação de não fazer instantânea	648
8.2.3	Execução para entrega de coisa certa e de coisa incerta	649
8.2.3.1	Execução para entrega de coisa certa (título judicial ou extrajudicial)	649
8.2.3.2	Execução para entrega de coisa incerta	650
8.3	Embargos do executado	650

PARTE X

TUTELA EXECUTIVA

I.	A TUTELA SATISFATIVA (CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL)	655
1.	A tutela de execução e as demais formas de tutela jurisdicional	655
II.	A SISTEMÁTICA DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL NO CPC DE 2015	659
III.	TEORIA GERAL DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	663
1.	Fundamentos da execução e do cumprimento da sentença	663
2.	Princípios do processo de execução e do cumprimento da sentença	664
2.1	Princípio da realidade	665

2.2	Princípio da execução específica	665
2.3	Princípio da livre disponibilidade	666
2.4	Princípio da economicidade.....	667
IV.	REQUISITOS DA EXECUÇÃO E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA..	671
1.	Inadimplemento do devedor	671
2.	Título executivo.....	673
2.1	Requisitos do crédito exequendo.....	673
2.1.1	Certeza.....	673
2.1.2	Exigibilidade	674
2.1.3	Liquidez.....	674
2.2	Títulos executivos judiciais.....	675
2.2.1	Liquidação dos títulos judiciais.....	680
	Liquidação por iniciativa do devedor.....	681
	Liquidação por arbitramento	682
	Liquidação pelo procedimento comum.....	682
	Liquidação de sentença. Recurso	683
	Liquidação provisória.....	684
2.3	Títulos executivos extrajudiciais.....	684
V.	ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	691
1.	Cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial	691
2.	Cumprimento provisório de sentença.....	697
VI.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	699
1.	Condições da ação	699
2.	Competência jurisdicional.....	701
2.1	Competência e execução de título extrajudicial	702
2.2	Competência e cumprimento da sentença	702
VII.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	705
1.	Formação do processo.....	705
1.1	Requerimento.....	705
1.2	Averbação premonitória	705
1.3	Efeitos da propositura da execução de título extrajudicial.....	707
2.	Suspensão da execução	708
3.	Extinção da execução	710
3.1	Recurso	710
4.	Desistência do cumprimento da sentença ou da execução de título extrajudicial	711

5. Cumulação de execuções	712
6. Intercomunicabilidade entre as regras da execução e do cumprimento da sentença.....	712
VIII. PODERES DO JUIZ NA EXECUÇÃO	713
1. Meios executivos típicos e atípicos	713
2. Protesto de decisão judicial	715
3. Inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes	715
IX. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER.....	717
1. O cumprimento das sentenças de obrigações de fazer e não fazer	717
1.1 Generalidades.....	717
1.2 Procedimento	719
1.3 As <i>astreintes</i> e a impugnação.....	722
2. Tutela inibitória (obrigações negativas).....	725
2.1 Tutela jurisdicional de direitos.....	725
2.2 A crise da tutela condenatória – Ilícito de lesão e ilícito de perigo.....	726
2.3 Tutela inibitória – Finalidade – Pressupostos – Fundamentos.....	726
2.4 Classificação da tutela inibitória	728
2.5 Pressupostos e características da tutela inibitória antecipada	729
3. O cumprimento judicial das obrigações de prestar declaração de vontade....	729
4. Execução de título extrajudicial de obrigações de fazer e não fazer	732
4.1 Execução das obrigações de fazer e não fazer.....	732
4.1.1 Generalidades	732
4.1.2 Execução de título extrajudicial envolvendo obrigações de fazer e não fazer. Procedimento	733
X. A TUTELA JURISDICIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA.....	739
1. O cumprimento da sentença para a entrega de coisa.....	739
1.1 Generalidades.....	739
1.2 Procedimento	740
2. Execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	740
2.1 Generalidades.....	740
2.2 Procedimento	741
2.3 Execução de título extrajudicial de coisa incerta.....	743
3. Disposições comuns ao cumprimento da entrega de coisa e à execução de título extrajudicial para a entrega de coisa	743
3.1 Incidentes da entrega	743
3.2 Incidentes favoráveis ao executado	744
3.3 Impugnação por retenção.....	745

XI. TUTELA DAS OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE SOMA	747
1. O cumprimento de sentença nas obrigações de entrega de soma – Fase postulatória	747
1.1 Generalidades.....	747
1.2 Prazo para pagamento voluntário	748
1.3 Multa e honorários	748
1.4 Demonstrativo do crédito.....	749
1.5 Mandado de penhora e avaliação	750
1.6 Prazo para a impugnação ao cumprimento de sentença.....	750
1.7 Alimentos decorrentes de responsabilidade civil	751
2. A execução extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente – Fase postulatória.....	752
2.1 Generalidades.....	752
2.2 Execução contra devedor solvente e contra devedor insolvente	752
2.3 Petição inicial	753
2.4 Averbação premonitória e certidão de propositura da execução.....	758
2.5 Citação	759
2.6 Arresto executivo	760
2.7 Indisponibilidade eletrônica	761
2.8 Despacho liminar e honorários	763
3. Regras comuns ao cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial por quantia certa contra devedor solvente	763
3.1 Responsabilidade patrimonial. Generalidades	763
3.1.1 Responsabilidade patrimonial primária	765
3.1.2 Responsabilidade patrimonial secundária.....	766
3.1.3 Responsabilidade patrimonial dos sócios e desconsideração da personalidade jurídica.....	768
3.1.4 Responsabilidade do terceiro em cujo poder encontram-se bens do devedor	774
3.1.5 Responsabilidade patrimonial do cônjuge	774
3.1.6 Responsabilidade patrimonial do fiador.....	776
3.2 Fraude de execução	777
3.2.1 Introdução	777
3.2.2 A ineficácia decorrente da fraude de execução é tão intensa que mesmo se o terceiro adquirente do imóvel o utilizar para moradia de sua família, a impenhorabilidade da Lei nº 8.009/1990 não será oponível ao exequente. Regime do CPC de 1973.....	778
3.2.3 Fraude de execução e fraude contra credores	779
3.2.4 Alienação na pendência de ação real ou reipersecutória.....	779
3.2.5 Fraude de execução e averbação premonitória.....	781
3.2.6 Alienação de bem objeto de hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	782

3.2.7	Litispêndência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência	783
3.2.8	Outros casos de fraude à execução	785
3.3	Fase de apreensão	785
3.3.1	Penhora	785
3.3.2	Momento para arguição de vício da penhora	787
3.3.3	Preclusão do vício da penhora	788
3.4	Impenhorabilidade	789
3.4.1	Introdução	789
3.4.2	Bens inalienáveis	790
3.4.3	Móveis, pertences e utilidades domésticas	791
	Vestuários.....	791
3.4.4	Verbas remuneratórias e poupança	792
3.4.5	Bens móveis necessários ao exercício profissional	795
3.4.6	Seguro de vida	796
3.4.7	Materiais necessários para obras em andamento	796
3.4.8	Pequena propriedade rural trabalhada pela família.....	796
3.4.9	Recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	797
3.4.10	Recursos públicos do fundo partidário.....	797
3.4.11	Créditos oriundos de alienação de unidades sob regime de incorporação imobiliária.....	798
3.4.12	Bem de família legal	798
3.5	Multiplicidade de penhoras.....	801
3.6	Penhora de quota social e ações.....	803
3.7	Ordem da penhora	803
3.8	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	805
3.9	Substituição dos bens penhorados	806
3.10	Procedimento da penhora	808
3.10.1	Execução por carta.....	813
3.10.2	Depósito dos bens penhorados.....	814
3.10.3	A unicidade da penhora.....	815
3.11	Avaliação dos bens penhorados.....	817
3.12	Fase de expropriação	819
3.12.1	Adjudicação	821
3.12.2	Alienação.....	823
3.12.3	Alienação por iniciativa particular	824
3.12.4	Leilão judicial	825
3.12.5	Arrematação	831
3.12.6	Ultimação da arrematação.....	833
3.13	Satisfação do crédito.....	835

XII. DEFESA DO EXECUTADO	839
1. Impugnação ao cumprimento da sentença	839
1.1 Generalidades.....	839
1.2 Procedimento da impugnação ao cumprimento da sentença	840
1.3 Recurso	841
1.4 Eficácia da impugnação ao cumprimento da sentença.....	842
1.5 Fundamentos da impugnação ao cumprimento da sentença	844
1.6 Impugnação de título executivo inconstitucional	847
2. Embargos à execução	849
2.1 Generalidades.....	849
2.2 Ajuizamento dos embargos	850
2.3 Rejeição liminar dos embargos.....	851
2.4 Efeitos dos embargos à execução.....	853
2.5 Procedimento da defesa do embargado.....	854
2.6 O Superior Tribunal de Justiça já entendeu não ser possível reconvenção nos embargos à execução, pois essa modalidade de processo visa à satisfação do exequente e a sua marcha não deve aguardar as delongas da ordinariiedade que a demanda reconvençional provoca. Fundamentos dos embargos à execução	854
2.7 Reconhecimento do pedido e parcelamento.....	856
XIII. EXECUÇÕES ESPECIAIS	859
1. Execução de prestação alimentícia	859
2. Execução contra a Fazenda Pública.....	861
2.1 Introdução	861
2.2 Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial	862
2.3 Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	863
2.4 Demais espécies de execução contra a Fazenda Pública	866
2.5 Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....	867
3. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (CPC/1973).....	869
3.1 Efeitos da declaração judicial de insolvência	871
3.2 O processo e o procedimento da insolvência	872
3.3 Competência jurisdicional	872
3.4 Legitimidade para requerer a insolvência	873
3.5 Fase de cognição	874
3.6 Fase de apreensão de bens	874
3.7 Fase de apuração do ativo e pagamento dos credores.....	877

PARTE XI

PROCESSO NOS TRIBUNAIS

I. TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	881
1. Conceito.....	881
1.1 Duplo grau obrigatório de jurisdição: remessa necessária.....	882
1.2 Fundamentos dos recursos (<i>ratio essendi</i>).....	885
1.3 Direito intertemporal: eficácia da lei no tempo.....	886
2. Princípios recursais.....	886
2.1 Duplo grau de jurisdição.....	887
2.2 Unicidade dos recursos.....	888
2.2.1 Instrumentalidade das formas e fungibilidade recursal.....	892
3. Admissibilidade e mérito dos recursos.....	893
4. Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	894
4.1 Legitimidade do recorrente.....	895
4.2 Interesse em recorrer.....	897
4.2.1 Interesse em recorrer e recurso adesivo.....	897
4.2.2 Interesse em recorrer e recurso parcial.....	900
4.2.3 Interesse em recorrer e jurisprudência predominante.....	900
4.3 Cabimento.....	902
4.4 Inexistência de fato impeditivo do direito de recorrer.....	903
4.5 Tempestividade.....	904
4.6 Preparo do recurso.....	907
4.7 Regularidade formal.....	908
5. Efeitos dos recursos.....	908
5.1 Efeito devolutivo.....	908
5.1.1 Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	909
5.2 Efeito suspensivo.....	911
II. A ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	915
1. Jurisprudência, súmulas e precedentes.....	915
1.1 Precedentes e Análise Econômica do Direito.....	918
2. Procedimento no tribunal.....	919
2.1 Registro e distribuição.....	919
2.1.1 Descentralização dos serviços de protocolo.....	919
2.2 Remessa ao relator.....	920
2.2.1 Poderes do relator.....	920
Direção do processo e homologação da autocomposição.....	920
Tutela provisória recursal.....	920
Decisões monocráticas.....	924

Outras competências e saneamento recursal	925
Questões conhecíveis de ofício e fatos supervenientes	925
2.2.2 Revisão	926
2.3 Designação do dia do julgamento e publicação da pauta.....	926
2.3.1 Adiamento da sessão	926
2.3.2 Interregno entre a sessão e a publicação da pauta	926
2.4 Sessão de julgamento	927
2.4.1 Sustentação oral	927
2.4.2 Deliberação	928
Pedido de vista.....	930
Conversão do julgamento em diligência.....	931
Julgamento de recurso que tenha sido iniciado.....	931
Apelação e agravo interposto	931
2.4.3 Acórdão	932
Obrigatoriedade de ementa	932
Publicidade do acórdão.....	932
Retificação de minuta	933
2.4.4 Técnica de ampliação da colegialidade	933
3. Julgamentos digitais.....	935
3.1 Ampliação do julgamento eletrônico e a experiência do Supremo Tribunal Federal.....	938
3.2 O papel do Conselho Nacional de Justiça na expansão do processo digital e o “Juízo 100% Digital”	939
III. RECURSOS EM ESPÉCIE.....	943
1. Apelação.....	943
1.1 Generalidades.....	943
1.2 Efeitos da apelação.....	944
1.2.1 Efeito suspensivo.....	945
1.2.2 Efeito devolutivo	946
Efeito devolutivo e <i>reformatio in pejus</i>	947
Extensão do efeito devolutivo do recurso.....	949
Efeito devolutivo e prescrição	949
Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	950
Efeito devolutivo e nulidade sanável	951
<i>Reformatio in pejus</i> e amplitude do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa	951
1.3 Procedimento da apelação.....	952
1.4 Procedimento no tribunal	956
2. Agravo de instrumento	958

2.1	Política legislativa e escorço histórico	958
2.1.1	Vedação à modalidade de agravo retido	959
2.2	Juízo de admissibilidade do agravo	960
2.3	Juízo de retratação	963
2.4	Efeitos do agravo.....	964
2.5	Formalidades do agravo de instrumento.....	965
2.5.1	Informação ao juízo <i>a quo</i> da interposição do agravo de instrumento.....	967
2.6	Procedimento do agravo no tribunal	967
2.6.1	Os poderes do relator no agravo de instrumento	968
3.	Agravo interno	970
4.	Embargos de declaração.....	971
4.1	Generalidades.....	971
4.2	Cabimento dos embargos de declaração	972
4.3	Efeitos dos embargos de declaração	975
4.4	Litigância abusiva na oposição dos embargos de declaração.....	976
5.	Recurso ordinário constitucional	977
5.1	Generalidades.....	977
5.2	Requisitos de admissibilidade	979
5.3	Efeitos do recurso	980
6.	Recurso extraordinário e recurso especial	980
6.1	Generalidades.....	980
6.2	Pressupostos constitucionais de cabimento do recurso extraordinário e do recurso especial	982
6.2.1	Cabimento constitucional do recurso extraordinário.....	982
	Julgamento de causas decididas em última ou única instância ..	983
	Julgamento contra a Constituição	984
	Decisão que declara inconstitucional lei federal ou tratado <i>incider tantom</i>	984
	Julgamento que acolhe lei ou ato local contra a Constituição	985
	Julgamento que prestigia lei local contestada em face de lei federal.....	985
	Repercussão geral.....	985
	Forma de arguição da repercussão geral.....	987
	Competência para análise da repercussão geral	987
	Efeitos do acolhimento e do desacolhimento da arguição de repercussão geral e a multiplicidade de recursos.....	988
6.2.2	Cabimento constitucional do recurso especial	990
	Julgamento de causas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.....	990

Julgamento que privilegia ato de governo local contra a lei federal.....	990
Julgamento ensejador de dissídio jurisprudencial.....	990
6.2.3 Interesse em recorrer no recurso extraordinário e no recurso especial	991
6.3 Efeito devolutivo no recurso extraordinário e no recurso especial	992
6.4 Efeito suspensivo do recurso extraordinário e do recurso especial	993
6.5 Julgamento conjunto e interposição conjunta	994
6.6 Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	995
6.7 Sistemática dos recursos repetitivos.....	998
7. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	1001
8. Embargos de divergência	1003
IV. INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1007
1. Generalidades.....	1007
2. Requisitos e procedimento	1008
V. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1011
1. Histórico e fundamentos.....	1011
2. Cabimento e competência	1012
3. Pressupostos do incidente.....	1012
4. Legitimidade.....	1013
5. Procedimento	1013
6. Recursos	1014
VI. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1015
1. Generalidades.....	1015
2. Cabimento e requisitos.....	1015
2.1 Fungibilidade entre IRDR e IAC	1016
3. Competência.....	1017
4. Legitimidade.....	1017
5. Procedimento	1018
6. Recursos e revisão.....	1020
VII. AÇÃO RESCISÓRIA	1021
1. A desconstituição do julgado	1021
2. Finalidade e pressupostos	1022
3. Causas de rescindibilidade	1023
3.1 Generalidades.....	1023
3.2 Causas de rescindibilidade em espécie	1024
3.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do julgador	1024

3.2.2	Impedimento do julgador ou incompetência absoluta	1024
3.2.3	Dolo, coação, simulação ou colusão das partes	1026
3.2.4	Coisa julgada anterior	1026
3.2.5	Violação manifesta à norma jurídica.....	1027
3.2.6	Prova falsa	1028
3.2.7	Prova nova	1029
3.2.8	Erro de fato	1029
4.	Condições da ação	1030
4.1	Legitimidade das partes	1030
4.2	Interesse de agir	1033
5.	Competência.....	1033
5.1	Prazo decadencial para propositura da ação rescisória	1033
6.	Propositura da ação rescisória e eficácia da decisão rescindenda	1035
7.	Procedimento da ação rescisória	1036
8.	Ação anulatória de atos judiciais.....	1041
9.	<i>Querella nullitatis insanabilis</i>	1044
VIII.	HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1045
1.	Generalidades.....	1045
2.	Requisitos.....	1046
3.	Procedimento	1048
4.	Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras	1049
IX.	RECLAMAÇÃO.....	1051
1.	Generalidades.....	1051
2.	Histórico e fundamentos.....	1051
3.	Natureza jurídica.....	1052
4.	Hipóteses de cabimento	1053
5.	Legitimidade.....	1054
6.	Procedimento	1055
7.	Decisão final	1056
8.	Recursos	1056
BIBLIOGRAFIA	1057
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1083